

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRATÉGIAS
PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, INTERPRETAÇÃO E
PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES PAEE DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**INCLUSIVE EDUCATION AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: PEDAGOGICAL
STRATEGIES FOR DEVELOPING READING, INTERPRETATION, AND TEXT
PRODUCTION SKILLS IN 6TH-GRADE STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL
NEEDS (PAEE)**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-094>

Antonia da Silva Pereira

Pós-graduação em Alfabetização e Letramento
Faculdade Única de Ipatinga
E-mail: tonia.pereira1@gmail.com

Adriano Gomes de Oliveira

Especialista AEE
FAVENI
E-mail: adriano.gomes0607@gmail.com

Andréia Souza dos Reis

Pós-graduação
FAVENI

Cristina de Souza Melo

Pós-graduação
UNIBF-UNIMESTRE
E-mail: csm_profespeduc@yahoo.com

Fabricia Silva de Almeida

Pós-graduação em Psicopedagogia
Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia
E-mail: fabricia.s.almeida@gmail.com

Livia Maria Rolim Dourado

Pedagoga/Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica-Institucional e Neurociência
Universidade Metodista de São Paulo
E-mail: liviamari07@hotmail.com

Frederico Amâncio de Carvalho

Pos-graduado
FALBE
E-mail: melquiaddes@hotmail.com

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES PAEE DO 6º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Leandra Rafaella França Mancuso

Pedagogia-Unicesumar

Pós-graduação - AEE - Atendimento Educacional Especializado com Ênfase em Libras

FIC - Faculdades Integradas de Cuiabá

E-mail: lleandra.rafaella@hotmail.com

Renata Pereira da Silva Gomes

Licenciatura Plena em Pedagogia - Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

E-mail: renata.gomes@edu.rondonopolis.mt.gov.br

Roseli Nunes da Silva Rodrigues

Pos-graduação em Educação Infantil e Letramento

Faculdade Tangará da Serra

E-mail: roselinunesnunes54@gmail.com

Sara Ferreira Guimarães

Pós-graduação em Libras Língua Brasileira de sinais, AEE

UFMT, Rondonópolis - graduação

Pós-graduação, Faculdade Única de Ipatinga

E-mail: sarafig.ped@gmail.com

Resumo

Este projeto de intervenção pedagógica aborda a importância da educação inclusiva no ensino de Língua Portuguesa, com foco nos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) do 6º ano do Ensino Fundamental. A proposta surgiu a partir de observações realizadas durante o estágio supervisionado, que evidenciaram dificuldades em leitura, interpretação textual e produção escrita. Objetiva-se desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, utilizando metodologias ativas, recursos multimodais e flexibilização curricular, em consonância com a BNCC. Por meio de atividades diagnósticas, oficinas e avaliações, espera-se promover avanços nas habilidades linguísticas, ampliar a participação, fortalecer a autonomia e contribuir para uma aprendizagem significativa e equitativa.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Língua Portuguesa.

Abstract

This pedagogical intervention project addresses the importance of inclusive education in Portuguese language teaching, focusing on students who are the target audience of Special Education (PAEE) in the 6th grade of Elementary School. The proposal emerged from observations during supervised teaching practice, which revealed difficulties in reading, textual interpretation, and written production. Its objective is to develop inclusive pedagogical strategies through active methodologies, multimodal resources, and

curriculum flexibility, in accordance with the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). Through diagnostic activities, workshops, and assessments, the project is expected to promote linguistic development, increase student participation, strengthen autonomy, and contribute to meaningful and equitable learning.

Keywords: Inclusive Education; Portuguese Language; Special Education.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem como um de seus princípios norteadores a educação inclusiva sendo que de acordo com o ordenamento jurídico e as diretrizes pedagógicas nacionais que regem a educação contemporânea encontramos como direito essencial os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), podemos destacar o direito pleno ao acesso, a participação ativa, à permanência e especialmente o direito a aprendizagem na escola em sala regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em suas descrições preconizam uma escola que atenda a diversidade capaz de acolher as singularidades e especificidades de cada estudante.

Percebe-se no cenário educacional atual que a materialização dos direitos ainda enfrenta desafios, apesar dos inúmeros avanços decorrentes da implementação de políticas públicas e das adequações das escolas, podemos observar barreiras relacionadas à apropriação e construção do conhecimento por parte dos estudantes PAEE. Tal lacuna fica evidente e mais preocupante nos anos finais do Ensino Fundamental, visto que nesta etapa de acordo com a BNCC o nível de abstração é maior de acordo com as exigências curriculares.

Essa problemática ficou evidente durante as observações realizadas no estágio supervisionado do curso Curso da Segunda Graduação em Letras, foi possível observar que os estudantes PAEE matriculados nas turmas de 6º ano do ensino fundamental apresentam uma defasagem significativa referentes a consolidação nas habilidades essenciais de leitura, interpretação textual e produção escrita. Como observado nas aulas da Língua Portuguesa, essa defasagem acentuada compromete o desempenho acadêmico imediato na disciplina como também na demais, nota-se também que tal fator limita a participação dos alunos em atividades coletivas propostas durante as aulas, minimizando a autonomia dos estudantes.

A partir de tais observações nos reportamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta como um referencial pois estabelece práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências gerais e específicas, apresentando que o foco da área de Linguagens deve ter como centralidade o texto e as práticas de letramento. O documento ao abordar os anos finais do Ensino

Fundamental, enfatiza a ampliação das capacidades de linguagem dos estudantes por meio do trabalho pedagógico voltado para inserção no "campo jornalístico-midiático", no "campo de atuação na vida pública" e no "campo artístico-literário". Ao realizar o trabalho buscando equidade no ensino com estudante PAEE possibilitando condições para compreensão por esses campos, as práticas da escola precisam lançar abordar as flexibilizações curriculares que traduzam os objetivos de aprendizagem da BNCC em rotas acessíveis.

A BNCC enfatiza a importância de trabalhar com a multimodalidade e os multiletramentos, incentivando o uso de recursos semióticos variados (imagens, vídeos, áudios e textos digitais) para a construção do sentido. Essa diretriz alinha-se perfeitamente às demandas da Educação Especial, uma vez que a diversificação dos estímulos e dos suportes textuais deixa de ser apenas uma recomendação metodológica geral e passa a ser uma necessidade imperiosa para garantir que o estudante PAEE consiga interpretar, analisar criticamente e produzir discursos. Ignorar essas especificidades significa restringir o direito desse público às competências essenciais de comunicação previstas para a sua faixa etária.

Diante dessa realidade multifacetada, o presente Projeto de Intervenção propõe o desenho e a execução de ações pedagógicas intencionais e estruturadas, voltadas especificamente ao desenvolvimento e à consolidação das habilidades linguísticas desses estudantes. A proposta se ancora no uso de metodologias ativas e inclusivas, além de recursos didáticos diversificados e contextualizados que favoreçam uma aprendizagem significativa, respeitando os ritmos e os canais de aprendizagem individuais, sem perder de vista as habilidades previstas pela BNCC para o 6º ano.

O público-alvo desta intervenção será composto de forma colaborativa, envolvendo diretamente os estudantes PAEE do 6º ano do Ensino Fundamental, os professores regentes da disciplina de Língua Portuguesa — que atuam como mediadores do processo — e a equipe pedagógica da instituição de ensino. Compreende-se que a construção de um ambiente genuinamente inclusivo não se faz de forma isolada; demanda a articulação sinérgica entre o saber específico da área de Letras, o suporte da coordenação pedagógica e o protagonismo do estudante, transformando o espaço da sala de aula em um ecossistema de acolhimento e desenvolvimento cognitivo.

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta o Projeto de Intervenção Pedagógica como exigência de Trabalho de Conclusão de Curso da Segunda Graduação em Segunda Graduação em Letras, buscando enriquecer o fortalecimento da Educação Inclusiva e o ensino de Língua Portuguesa, o público-alvo do referido projeto: os estudantes da Educação Especial (PAEE) matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental. A proposta tem com base legal e pedagógica as diretrizes educacionais brasileiras — com ênfase para a Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) —, que visa garantir os direitos apresentados como essenciais como a garantia plena à aprendizagem, ao acesso, à permanência e respectiva participação ativa dos estudantes em salas de aula regulares.

Durante as observações vivenciadas durante o Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Graduação em Letras para licenciados foi possível observar grandes dificuldade por parte dos alunos PAEE matriculados em acompanhar as aulas de língua portuguesa, o que pode ser justificado pela transição para os Anos Finais do Ensino Fundamental que impõe inúmeros desafios, visto que a proposta da BNCC para esta fase passa a exigir maior grau de abstração cognitiva. Percebe-se uma defasagem acentuada principalmente nas habilidades fundamentais de leitura, interpretação textual e produção escrita, fator que pode comprometer o rendimento nas demais áreas do conhecimento, além de minimizar a autonomia dos estudantes e sua integração em atividades pedagógicas coletivas.

Diante das observações, o objetivo central deste plano de intervenção é fomentar ações pedagógicas estruturadas e intencionais que promovam a flexibilização curricular, apoiando em sequências que se estruturam na proposta de multiletramentos e na multimodalidade. Buscando transpor os objetivos de aprendizagem da BNCC — articulados aos campos Jornalístico-Midiático, de Atuação na Vida Pública e Artístico-Literário — em rotas mais acessíveis, aproveitando recursos semióticos diversificados (textos verbais, visuais, auditivos e digitais) e metodologias ativas que respeitem os ritmos de aprendizagem dos alunos envolvidos e seus canais cognitivos.

A relevância deste estudo evidencia-se no compromisso ético e pedagógico de promoção de equidade de maneira que permita superar barreiras atitudinais e de aprendizagem, buscando assegurar o direito universal à comunicação e à linguagem sem reduzir as expectativas de desenvolvimento dos estudantes PAEE. Ademais, o plano de intervenção busca reforçar a relevância de trabalhos colaborativos entre professores de Língua Portuguesa, equipe pedagógica e os alunos, promovendo a sala de aula em um ambiente inclusivo e propício para a promoção de conhecimentos significativos e o pleno exercício da cidadania.

1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA

A situação-problema consiste na defasagem significativa nas habilidades essenciais de leitura, interpretação textual e produção escrita apresentada por estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental, o que compromete o desempenho acadêmico desses alunos, limita a sua participação e autonomia em atividades coletivas e evidencia a barreira na

apropriação do conhecimento frente ao maior nível de abstração exigido pelo currículo da BNCC nessa etapa.

1.3 LOCAL DA INTERVENÇÃO

Escola municipal 1º de Maio, na turma do 6º ano primeiro ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental

1.4 SUJEITOS ENVOLVIDOS NA INTERVENÇÃO

Alunos, professores, estagiários da turma

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Elaborar, mediante observações intervenções em forma de atividades que propicie o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e produção textual dos estudantes PAEE do 6º ano do Ensino Fundamental, buscando contribuir para a redução da defasagem de aprendizagem apresentadas em Língua Portuguesa.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar defasagens aprendizagem apresentadas pelos estudantes PAEE em Língua Portuguesa.
- Elaborar estratégias pedagógicas inclusivas que propicie o desenvolvimento das habilidades que englobam leitura, compreensão e escrita textual.
- Utilizar diferentes recursos didáticos que propicie a participação e a aprendizagem dos estudantes.
- Avaliar os avanços obtidos junto aos estudantes durante o processo de intervenção, respeitando os avanços individuais.

3 JUSTIFICATIVA

A escolha da temática do projeto de intervenção se apoia nas observações realizadas durante o período de estágio, onde foi possível perceber a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que atendam às especificidades diante da defasagem de aprendizagem dos estudantes PAEE, de forma que seja possível garantir condições adequadas que permitam aprendizagens significativas e participação nas atividades escolares.

Durante o estágio de observação foi possível a constatação que muitos estudantes do 6º ano apresentam inúmeras dificuldades acentuadas principalmente na leitura, na escrita e na compreensão textual, habilidades essas que são imprescindíveis para a apreensão das demais disciplinas sendo de suma importância para o desenvolvimento escolar e social. Tais defasagens quando apresentadas e não acompanhadas de maneira adequadas podem se tornar acentuadas e posteriormente influenciar no sucesso estudantil como também dificultar a permanência de tais estudantes na vida escolar.

Desta forma, considera-se fundamental propor situações de aprendizagem que promovam intervenções pedagógicas voltadas para valorização das potencialidades dos estudantes, recursos que permitam a acessibilidade curricular e favorecendo a construção do conhecimento significativos a todos envolvidos de maneira inclusiva. Neste sentido, este projeto de intervenção busca contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa, fortalecendo práticas educacionais inclusivas.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva fundamentada nos princípios éticos, políticos e filosóficos assegura a todos estudantes possuem o direito inalienável à educação de qualidade em ambientes escolares regulares, garantindo ainda para além do acesso a permanência de maneira que seja efetiva a aceitação, o respeito e valorização de suas especificidades e necessidades específicas. No viés desta perspectiva, é notável uma necessidade de rompimento com os modelos tradicionais de integração em vigência — nos quais o estudante se adaptava aos ambientes escolares— e impõe à responsabilidades das instituições de ensino de se modificarem de maneira que possa acolher a totalidade dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, a inclusão escolar passa ser encarada não apenas pela garantia do acesso físico ou até mesmo à mera presença do estudante na sala de aula regular; ela passa a exigir uma reorganização sistematizada das práticas pedagógicas buscando desta forma maneiras de atender à diversidade real presente nas salas de aula. Mantoan (2015), esclarece que tal mudança demanda a superação do modelo imposto pelo ensino homogêneo, a desconstrução de barreiras atitudinais e pedagógicas que historicamente vem segregando determinados grupos. A autora destaca ainda a necessidade da escola de adaptação e flexibilização de suas metodologias, objetivos e principalmente dos processos avaliativos, rompendo com a visão de concessões e privilégio, assumindo mecanismos que oportunize a garantia e a participação efetiva o que consequentemente pode gerar sucesso na aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, conceber a inclusão sob a ótica de Mantoan é permitir que a diferença é um elemento que enriquece do processo educativo, e não um obstáculo a ser superado.

Para analisar como os estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) constroem, progredem no processo de construção do conhecimento e podem superar as barreiras na apropriação da linguagem escrita e da leitura, nos apoiaremos na teoria histórico-cultural pois oferecem bases epistemológicas fundamentais. Vygotsky (1998) em seus estudos enfatiza a relevância crucial e a importância das interações sociais no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, defendendo categoricamente que as funções psicológicas superiores primeiramente desenvolvidas e consolidadas no plano social (interpessoal) e posteriormente internalizadas pelo indivíduo (intrapessoal).

Neste sentido podemos compreender que o desenvolvimento cognitivo não ocorre de maneira isolada ou de maneira puramente biológica, sendo necessário o processo de mediação simbólica e da colaboração ativa entre os sujeitos, sendo que a linguagem atua sob essa ótica como instrumento principal de mediação. Ao abordar no contexto da Educação Especial, o conceito vygotskyano de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) — que nos apresenta a distância que existe entre o que o estudante já consegue fazer sozinho e o que ele é capaz de conduzir sem apoio externo— assume uma importância prática fundamental. Estratégias didáticas diversificadas, que apostam no trabalho pedagógico colaborativo, e na construção coletiva do conhecimento e no papel do professor e dos pares como promotores intencionais da aprendizagem, que favorece significativamente a construção do conhecimento pelos estudantes PAEE, demonstrando desta forma que o potencial de aprendizagem é ativo e fortemente influenciado pela qualidade das interações escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo norteador que favorece a construção de alinhamento pedagógico desse processo educação nacional que reforça categoricamente a necessidade de assegurar o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e oralidade para todos os estudantes, respeitando estritamente seus ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2018). Na área de Língua Portuguesa, a BNCC apresenta a proposta voltada para perspectiva dos multiletramentos e do uso social da linguagem, o que reforça a garantia do direito à alfabetização, à interpretação crítica e à produção textual qualificada devendo ser assegurado pois o mesmo favorece a promoção da equidade. O documento sinaliza ainda que a escola deve promover práticas que favoreçam percursos didáticos flexíveis, os quais permitam ao estudante PAEE avançar de forma contínua, aprimorando as competências linguísticas às suas realidades e competências individuais.

Em consonância com isso, o respaldo legal para a estruturação dessas alternativas acessíveis é oferecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Este documento normativo explicita claramente que os sistemas de ensino têm como dever remover plenamente as dificuldades de acesso ao conhecimento e garantir a participação, à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas turmas regulares. A PNEEPEI (2008)

preconiza a articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), definindo que a função da educação especial é identificar, diagnosticar, acompanhar e disponibilizar ferramentas que flexibilizem tornando o currículo acessível.

A partir do alinhamento entre o direito ao currículo (BNCC) e o direito à acessibilidade (PNEEPEI), fica evidenciado que a utilização de didáticas e sequências planejadas de atividades adaptadas, recursos visuais (como infográficos, esquemas e mapas conceituais), tecnologias educacionais assistivas e metodologias ativas de aprendizagem não resulta na fragilização dos saberes fundamentais. Ao invés disso, essas ferramentas atuam como pontes de mediação pedagógica que articulam os pressupostos de Vygotsky e Mantoan. Sendo que aplicação de forma sistemática, essas estratégias dinâmicas e diversificadas no ensino de Língua Portuguesa, podem impactar significativamente para a mitigação da defasagem de leitura e escrita observada entre os estudantes PAEE no 6º ano, assegurando uma efetiva uma inclusão pedagógica e social.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O projeto de intervenção poderá ser desenvolvido nas seguintes etapas:

1º etapa-Observação e Diagnóstico

Aplicação de atividades diagnósticas: por meio de escrita de palavras e frases buscando identificar as principais dificuldades dos estudantes relacionadas a habilidades descritas como basilar: leitura, interpretação textual e produção escrita.

2º etapa – Planejamento das atividades propostas

Elaboração de sequencias de atividades adaptadas, respeitando e considerando as necessidades específicas dos estudantes observadas por meio de:

- Leitura compartilhada;
- Uso de textos multimodais;
- Sequências didáticas;
- Jogos pedagógicos;
- Recursos visuais e tecnológicos.

3º etapa – Aplicação e Desenvolvimento das ações

Oficinas de Língua Portuguesa que promovam:

- Aumento do vocabulário;
- Apreensão textual;
- Produção escrita e oral de pequenos textos;
- Conto e reconto de histórias;

- Interpretação de gêneros textuais;
- Uso de imagens e recursos digitais e multimodais para apoio à aprendizagem.

As atividades deverão contribuir para que sejam desenvolvidas de modo colaborativo, buscando incentivar a participação dos estudantes e a interação entre os colegas.

4º etapa – Avaliação e explanação dos resultados

Aplicar a mesma atividade diagnóstica buscando favorecer a comparação entre os resultados iniciais e finais dos alunos, observando e destacando individualmente os avanços nas habilidades trabalhadas durante o projeto de intervenção.

6 RECURSOS

6.1 RECURSOS HUMANOS

- Professor de Língua Portuguesa;
- Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Coordenação pedagógica;
- Estudantes participantes.

6.2 RECURSOS MATERIAIS

- Livros didáticos;
- Textos impressos;
- Computador;
- Projetor de multimídias;
- Jogos pedagógicos;
- Cartolinas;
- Folhas A4;
- Lápis de cor;
- Soluções digitais.

7 AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma diagnóstica buscando identificar os conhecimentos prévios e as principais dificuldades apresentadas mediante as habilidades que se referem a escrita, leitura e compreensão textuais, formativa por meio de acompanhamento na realização das atividades propostas e observação da participação e somativa na realização das atividades finais de modo que propicie a comparação individual

dos avanços e desempenho durante a aplicação do projeto de intervenção. Para a realização da avaliação serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Observação sistemática;
- Registros em diário de campo;
- Produções textuais;
- Fichas de acompanhamento;
- Atividades de leitura e interpretação.

Tabela 1 – Cronograma de atividades.

Nº	ATIVIDADES	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	5ª Semana	6ª Semana
1	Diagnóstico	X					
2	Planejamento das atividades	X	X				
3	Aplicação das oficinas		X	X	X	X	
4	Produção textual			X	X	X	
5	Avaliação final					X	X
6	Elaboração do relatório						X

Fonte: Elaboração própria (2026).

8 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a intervenção contribua de forma significativa na melhoria da compreensão das habilidades de leitura, interpretação e produção textual dos estudantes PAEE do 6º ano.

Também se espera promover maior participação e interação dos estudantes nas atividades propostas, fortalecer sua autonomia e contribuir com a auto estima dos envolvidos, buscando ampliar o interesse pela leitura e favorecendo e contribuindo com práticas pedagógicas acessíveis e mais inclusivas no ensino de Língua Portuguesa.

Além disso, espera-se que os professores contribuam de modo que possam ampliar o uso de metodologias adaptadas e recursos diversificados, contribuindo para uma educação mais equitativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicainclusiva.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2026.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES PAEE DO 6º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.